

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.194.337 - SP (2017/0277988-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CLAUDIO DONIZETTI LEANDRO
ADVOGADO : JORGE LUIZ DE OLIVEIRA CRUZ - SP148894
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : VANESSA DE OLIVEIRA BRAGA E OUTRO(S) - SP266877
BRUNA AMERICO SIQUEIRA - SP288680
SAMARA BARTOLE DA SILVA - SP345158
LIDIA OLIVEIRA DORNA - SP330775
AGRAVADO : AGUATEK - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE AGUA
MINERAL LTDA - ME
ADVOGADO : ELISANGELA PATRÍCIA NOGUEIRA DO COUTO E
OUTRO(S) - SP293036

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **CLÁUDIO DONIZETE LEANDRO**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 277/278 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 225 e-STJ):

Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais compra e venda de veículo inserção errônea de intenção do gravame caso concreto que impõe a substituição da vontade dos réus determinação de expedição de ofício ao Detran tutela que visa assegurar o resultado prático equivalente ao cumprimento da obrigação indenização por danos materiais e morais indevidos sentença parcialmente alterada apelação parcialmente provida, com determinação.

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por perdas e danos. O Juízo de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos. O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 186, 402 e 927, do CC/02. Sustenta, em síntese, que deve ser reconhecida a indenização pelos lucros cessantes.

Contrarrazões às fls. 269/272 e 273/276, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 281/299, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o recorrente busca refutar o óbice elencado pela Corte estadual.

Contraminuta (fl. 302/328, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. A Corte Estadual, após análise dos autos, afastou a indenização por danos materiais e morais, pois entendeu que o insurgente já sabia que a documentação do veículo adquirido estava irregular. É o que se observa do seguinte trecho do acórdão atacado (fl. 228, e-STJ):

"[...] Entretanto, não há que se falar em indenização por danos materiais ou morais. Embora demonstrada a responsabilidade dos réus, o fato é que o autor ao adquirir o veículo **já sabia que a documentação estava irregular pelo simples fato de constar o nome de terceiros na documentação do veículo**. O prejuízo **experimentado foi por sua exclusiva culpa**, pois o autor assumiu o risco de adquirir o veículo com documentação irregular e, em razão, disso teve problemas para circulação do bem. [...]".

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. Adequada a deliberação monocrática no que concerne ao não acolhimento da tese de negativa de prestação jurisdicional, pois inexistentes quaisquer vícios no acórdão proferido pelo Tribunal a quo, ficando afastada, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. A alteração do entendimento sedimentado nas instâncias ordinárias, no sentido de que a autora não logrou comprovar os fatos constitutivos do seu direito, somente seria possível mediante o revolvimento dos elementos de fatos e provas dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor do óbice da Súmula 7 do STJ. A incidência do referido óbice impede a análise do dissídio jurisprudencial. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 871.400/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 11/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA RÉ.

1. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado impõe o desprovimento do apelo, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, aplicável por analogia.

Precedentes.

2. O Tribunal de origem, amparado do conjunto fático-probatório dos autos e nas cláusulas contratuais, concluiu que a parte recorrente não logrou comprovar o aumento da sinistralidade do grupo a fim de justificar o reajuste na mensalidade do plano de saúde, reconhecendo a abusividade no reajuste do referido plano. Assim, não é possível alterar tais conclusões, pois demandaria, necessariamente, reexame de fatos e provas, além da interpretação das cláusulas contratuais, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1688833/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 12/09/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL ADESIVO. PEDIDO DE FALÊNCIA. ART. 94, I, DA LEI 11.101/2005. DOCUMENTOS. SUFICIÊNCIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a inobservância da regra do art. 398 do CPC/73 somente gera nulidade nos casos em que os documentos tenham sido relevantes para a solução do litígio, o que não ocorreu no presente caso. Precedentes.

3. O Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que: "Verifica-se totalmente dispensável o pleito acerca da desconsideração dos documentos de ffs. 89/112, até mesmo porque sequer utilizados na fundamentação da decisão. (fl. 195).".

Assim, o acolhimento da pretensão recursal a fim de considerar imprestáveis os documentos juntados para comprovar o direito alegado pelo agravado, e a alteração as conclusões do acórdão recorrido exigiria o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 897.070/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 24/08/2018)

3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

